

A armadilha da renda média

» SACHA CALMON
Advogado

Os leitores do Eu& (19/2, *O Valor*) não deixaram de ficar surpreendidos. Fala-se muito em política e “ismos”, quando o importante é o crescimento econômico e a melhor distribuição de renda possível. Nos últimos 40 anos, a renda per capita no Brasil cresceu a apenas 0,72% anuais, em comparação com 4,5% que marcaram o período entre 1950 e 1980. A oscilação desse dado, de década a década, chama a atenção. Os anos 1980 acrescentaram apenas 0,35% por ano; a década seguinte apresentou uma melhora, com 0,82%, seguida de outro salto, para 2,48%, no primeiro decênio deste século. Na catástrofe da década passada, o índice anual médio ficou negativo em 0,53%. A morosidade prolongada do desempenho econômico, apesar dos surtos periódicos de avanços, o controle da inflação e o combate à desigualdade, conduz à pergunta: perdemos a capacidade de crescer?

O caso brasileiro dá razão ao cientista político australiano Geoffrey Garrett, que em 2004 falou de uma “área central vazia” da globalização. Na economia em escala planetária, só têm sucesso dois grupos de países, argumentava Garrett: de um lado, aqueles capazes de competir na fronteira da economia do conhecimento; do outro, os que têm mão de obra extremamente barata e podem oferecer produtos de pouco valor agregado a baixo custo. Países com renda média seriam, portanto, os maiores perdedores.

Dois anos mais tarde, o fenômeno recebeu o nome de “a armadilha da renda média”. Quem o batizou foi um par de economistas do Banco Mundial, Indermit Gill e Homi Kharas, a partir de estudos sobre um fenômeno que ocorria na Ásia. Com o crescimento acelerado das exportações industriais da China, país cujos salários, àquela altura, eram baixos, alguns vizinhos tinham dificuldade de competir. Era o caso das Filipinas, Malásia e Indonésia. A dupla calculou que a situação acometia países com renda média entre mil US\$ e 12 mil US\$. O Brasil está fora dessa escala.

A armadilha de renda média tem fundamento histórico. Refere-se a países que não caíram em outra armadilha, a da pobreza. Partiram de condições de renda baixa, com economias pouco sofisticadas, mas avançaram para a posição de renda média porque fizeram o chamado “correndo atrás” do desenvolvimento já alcançado pelos mais ricos. Ao mesmo tempo, a qualificação das empresas e dos trabalhadores não subiu o suficiente para uma competição com as economias mais fortes.

O cientista político Antonio José Junqueira Botelho, do Instituto de Estudos Universitários do Rio de Janeiro (Iuperj), aponta que muitos países passaram pelo “catch-up” no

século passado, mas poucos conseguiram evitar a armadilha da renda média. Segundo o Banco Mundial, os que conseguiram foram alguns países asiáticos, como Japão, Cingapura, Coreia do Sul, Taiwan, e europeus favorecidos pela entrada na União Europeia, como Espanha, Portugal e Irlanda, totalizando não mais que 15 economias.

Um dos elementos centrais desse período foi a industrialização, que transferiu muito capital e mão de obra do setor primário para o secundário, tornando camponeses que agregavam pouco valor em operários mais produtivos. Foi a era de ouro da substituição de importações, em que o Brasil teve destaque, e da urbanização. Da década de 1930 até o fim dos anos 1970, o país se tornou majoritariamente urbano, desenvolveu indústrias pesadas e passou a exportar manufaturas.

Mas a substituição de importações não pode ser o motor do desenvolvimento indefinidamente. A transferência de mão de obra do campo para as cidades e indústrias também se esgota. A partir de então, torna-se necessário crescer por meio de ganhos de produtividade e inovação, a ponto de competir com os países mais ricos, que detêm

trabalhadores qualificados, capital em abundância e produção na fronteira tecnológica.

Se formos comparar à Coreia do Sul e mais significativamente à China no ano de 1951 — ou seja 71 anos atrás —, nos certificamos que o PIB “per capita” da Coreia do Sul, um país pequeno, hoje é três vezes superior ao nosso. Agora se nos comparamos à China o desastre é total, pois ela é grande como nós, tem grandes distâncias e muita gente (1 bilhão e 380 milhões de almas). O PIB total da China está se aproximando rapidamente do norte-americano. A política do filho único (foi abolida) e já se pode ter até três. Os casais só querem dois. Sobram habitações (lembrar a crise da construtora Evergrande).

Mas como sair da “armadilha da renda média”? Com 215 milhões de habitantes não nos interessa de jeito nenhum aumentar a população, mas sim a produtividade e a inovação! Educação geral, trabalho duro (mentes educadas e criativas) e produzir mais com menos é o nosso grande desafio. A alternativa é ser eternamente um país de renda média, violento e desigual. Nosso PIB patina em 1 trilhão e 600 bilhões de dólares. Está ouvindo Lula?



Soberania alimentar e energética

» MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES
Pesquisador da Embrapa Agroenergia

Os maiores problemas do nosso tempo estão enraizados em múltiplos domínios e só podem ser tratados adequadamente se ampliarmos o nosso conhecimento sobre a natureza interconectada dos sistemas naturais, sociais, econômicos, políticos, culturais etc. Esse é o caso da inesperada pandemia de covid-19, que bem ilustra os riscos que podem emergir de inter-relações complexas entre elementos biológicos, físicos, sociais, culturais, políticos e tecnológicos.

É por isso que o conceito de nexos — ou temas vinculados por múltiplas conexões — ganha cada vez mais espaço no mundo da ciência e na vida da sociedade. Como o nexos “alimento-nutrição-saúde”, que nos estimula a superar a desvinculação entre os sistemas alimentares e de saúde e suas graves consequências para a sociedade. Ou o nexos “alimento-energia-sociedade” que, frente a crises e conflitos cada vez mais frequentes, alerta para os ténues equilíbrios a que todos estamos sujeitos.

Alimentos e energia são elementos críticos para a sociedade, ambos dependentes de recursos de um planeta em estresse, o que coloca formuladores de políticas diante de escolhas difíceis e complexas. Em todos os países, interesses domésticos e internacionais travam lutas intrincadas que impactam a capacidade de governos formularem políticas coerentes para prover suas populações com alimentos e energia sem afronta aos preceitos da sustentabilidade.

A crise climática — que o mundo não tem conseguido superar — nos mostra que há sérios erros de design nos mercados globais de energia e alimentos, que precisarão de mudanças profundas se queremos avançar na direção de um futuro sustentável. Mudanças

desde a forma como produzimos e consumimos alimentos, como operamos os nossos sistemas de transporte, como fornecemos energia às nossas casas e indústrias, até o modo de se definir políticas e subsídios.

O conflito Rússia-Ucrânia também nos oferece exemplos cristalinos do erro de design do modelo econômico corrente, que tolera equilíbrios extremamente ténues e cultiva dependências perigosas. É constrangedor que muitos ao serem confrontados com a escalada nos preços da energia, com os cortes nos fluxos de fertilizantes e os riscos de desabastecimento de alimentos em escala global concluem simploriamente que esses são males inevitáveis, por estarmos submetidos à lógica dos mercados em uma economia capitalista e globalizada.

Pesquisa da empresa de marketing e relações públicas Edelman, em 2020, detectou que 56% das pessoas já consideram que “o capitalismo como existe hoje faz mais mal do que bem para o mundo” e que o aumento da desigualdade está levando as pessoas a confiarem menos nas instituições e nos líderes e a experimentarem crescente sentimento de injustiça. O Relatório de Riscos Globais, publicado pelo Fórum Econômico Mundial, em 2022, alerta a sociedade civil, governos e empresas para o perigoso aumento das disparidades dentro e entre os países.

A despeito desse quadro preocupante, é prudente acreditar que o capitalismo, que já se reinventou antes, evoluirá para ajudar o mundo a superar as falhas no enfrentamento das mudanças climáticas, a erosão da coesão social e a crise dos meios de subsistência. Tal reinvenção precisará ser capaz de estimular governos, empresas, mídia e a sociedade civil organizada a encontrarem propósitos comuns, operando em sintonia para busca de

solução para os graves problemas à frente.

Um paradigma de capitalismo que aceite e estimule a busca de soberania alimentar e energética é um imperativo para a remoção dos sérios erros de design dos nossos sistemas econômicos. A política energética que impera em todo o mundo trabalha contra os direitos das comunidades e indivíduos de fazerem suas próprias escolhas em relação às formas, escalas e fontes de energia, quase sempre impondo barreiras à transição para sistemas energéticos descarbonizados, essenciais para resposta à crise climática. Veja-se, por exemplo, os preços abusivos do nosso brasileiro etanol nas bombas de combustível.

Nada é mais lógico para um país como o Brasil, que buscar sua soberania alimentar pelo equilíbrio entre a agricultura empresarial, exportadora e geradora de riquezas, e a agricultura de menor escala, que garanta capilaridade e diversidade à produção e à distribuição de alimentos. Além do fortalecimento de estoques reguladores e suporte a políticas e programas de segurança alimentar centrados nas populações mais pobres e vulneráveis. Esse é o caminho prudente para escaparmos da incômoda situação de país com milhões de cidadãos em situação de insegurança alimentar, ao mesmo tempo provedor de alimentos para centenas de mercados ao redor do mundo.

Aos muitos que se acostumaram a questionar quaisquer possibilidades de mudanças no paradigma econômico corrente, vale lembrar René Descartes, filósofo francês e grande expoente do racionalismo, que ensinou séculos atrás que “não existem métodos fáceis para resolver problemas difíceis”. O mesmo Descartes nos deixou a frase icônica “penso, logo existo”, um convite à superação do ceticismo e do imobilismo.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Educação política já

Ninguém que entenda minimamente de pedagogia do ensino e educação pode negar que exista hoje uma necessidade crescente de incluir nos currículos escolares uma disciplina onde a política seja estudada desde os primeiros anos escolares. O tema vem se tornando tão urgente que pode representar, num futuro próximo, a solução para a continuidade ou não da espécie humana.

Não se trata aqui de ensino da política sob o ponto de vista dos partidos ou sob o prisma obtuso das ideologias, mas tão somente desenvolver nos jovens, desde a mais tenra idade, para a importância do estabelecimento de relações sadias entre os indivíduos, dentro da ótica positiva e humanística das artes, educando nossas crianças para a relevância da negociação, da compatibilização de interesses, do respeito aos bens e espaços públicos, enfim, tudo o que não é visto atualmente dentro e fora do Brasil e que, por isso mesmo, tem nos conduzido ao beco sem saída em que estamos agora.

Sem o ensino dessas noções básicas que disciplinam a vivência dos cidadãos dentro de uma cidade, caminhamos para o caos completo, num modelo de sociedade em que o lema será: salve-se quem puder. Na verdade, já estamos inseridos nesse modelo, basta observar que nossas cidades, inclusive a capital do país, não são lugares onde o cidadão pode circular com total segurança a qualquer hora do dia e em qualquer lugar.

A existência de nichos restritos onde cada grupo de pessoas pode circular é um fato. A proliferação de condomínios fechados e vigiados por câmeras, seguranças armados, cães e cercas elétricas é uma realidade. Assim como certas áreas da periferia das grandes cidades, onde qualquer forasteiro, mesmo perdido, pode encontrar a morte.

Nossas cidades estão seriamente doentes e de nada adianta, nesse estágio de deterioração, aumentar a letalidade da polícia ou construir cada vez mais presídios. A questão causal desses males está na deficiência do ensino e da arte política, objetivando a construção, não só de cidades mais humanizadas, mas de cidades com mais cidadãos com preparo humano e político capazes de tornar a vida social mais digna, mais organizada, com direitos e deveres, não impostos, mas aceitos de bom grado, despertando em cada indivíduo o senso de importância.

Impossível falar em cidadania, quando os indivíduos desconhecem seu real significado e a importância desse conceito para si mesmo. Da mesma forma não se pode mais aceitar que nossas cidades permaneçam retalhadas, cercadas de arames farpados e cercas elétricas, com barricadas no meio das ruas, como se tudo isso fosse natural e perfeitamente adaptado aos novos tempos.

Somente o ensino precoce da arte política e da perfeita organização das Polis é capaz de por um fim nestes absurdos que somos obrigados a conviver, como a necropolítica das ideologias radicais, que visam a destruição dos oponentes, a cleptocracia política, que nos assola e empobrece desde o descobrimento, a corruptocracia, formada pelas elites políticas que tem nos recursos públicos seu alvo ou a partidocracia em que que determinadas legendas se assenhoram do controle político e do governo, como será possivelmente visto nas próximas eleições de 2022.

Ou é isso, ou é o que temos e o que nos arrastará, irreversivelmente, para o abismo.

» A frase que foi pronunciada

“Se um país é regido pelos princípios da razão, a pobreza e a miséria são objetos de vergonha. Se um país não é regido pelos princípios da razão, a riqueza e as honras são objeto de vergonha.”

Confúcio Séc. V a.C.

Cautela

» Cidadãos desavisados aceitam pacificamente que instituições comerciais façam biometria ao cadastrá-los como clientes. Muitas dessas instituições não têm segurança apropriada contra ataques cibernéticos. A senha pode ser mudada a qualquer momento, mas se um hacker roubar sua biometria estará com ele para sempre. Até pouco tempo o Brasil não tinha legislação sobre o assunto. Hoje, a Lei Geral de Proteção de Dados prevê punição para esse crime.

Xenofobia

» Duas crianças sírias descrevendo o comportamento do porteiro e da síndica do prédio na Asa Norte impressiona. Não podem andar de bicicleta no pilotis do prédio, mas outras crianças podem. Tudo o que plantaram durante a pandemia, frutas, legumes e verduras foi arrancado pelo porteiro, com o aval da síndica, sob a justificativa de que não poderiam usar água para regar. “Mas o porteiro lava o carro dele com a água do condomínio!”, diz o mais velho inconformado com o tratamento.

Chovendo no molhado

» Vizinhança começa a se unir para questionar a cobrança de uso do esgoto na conta da Caesb. Água utilizada para encher piscina ou para irrigação não vai para o esgoto. Trata-se de pagamento indevido.

» História de Brasília

É que eles foram ao Prefeito em companhia de um candidato desprestigiado. Até hoje a luz não foi ligada, e eles voltam a pedir ao pedir ao sr. Sete Câmara, desta vez através do jornal. (Publicada em 20.02.1962)